

TCE-PE integra coordenação de rede nacional de proteção às mulheres



O presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), conselheiro Carlos Neves, e a diretora de Controle Externo, Adriana Arantes, participaram da reunião que discutiu a estruturação da Rede Nacional de Controle Externo pela Proteção das Mulheres, a Rede que Protege, dos quais ambos fazem parte. O TCE-PE integra a coordenação da iniciativa, que reúne os Tribunais de Contas do país para fortalecer a fiscalização das políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, atendimento às vítimas e responsabilização dos agressores.

Desde 2022, o Tribunal acompanha as políticas de enfrentamento à violência de gênero por meio de fiscalizações que avaliam a estrutura da rede de proteção, o planejamento, o orçamento e a execução de ações voltadas às mulheres em situação de violência.

Em março deste ano, o TCE-PE divulgou um levantamento que revelou fragilidades na estrutura de atendimento dos 184 municípios pernambucanos e do distrito estadual de Fernando de Noronha. O estudo apontou, entre outros problemas, a ausência de protocolos de atendimento às vítimas, falhas na articulação entre os órgãos da rede de proteção e a falta de planejamento e de orçamento específicos para políticas voltadas às mulheres.

A reunião deu continuidade às articulações iniciadas em março deste ano, quando a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas começaram a estruturar uma atuação nacional voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher.

A Rede que Protege pretende transformar essas informações em prioridades de fiscalização. Entre os eixos de atuação estão a avaliação dos protocolos de prevenção ao feminicídio, a integração da rede de atendimento, o acompanhamento de mulheres em situação de risco, a fiscalização das medidas protetivas e a estrutura destinada à investigação e ao atendimento de vítimas de violência sexual, especialmente crianças e adolescentes.

O presidente Carlos Neves destacou os primeiros resultados do trabalho da comissão. Segundo ele, o Departamento de Tecnologia da Informação do TCE-PE já ampliou os recursos de acessibilidade digital disponíveis aos servidores. O presidente informou ainda que o Tribunal está realizando um levantamento específico para identificar melhorias de acessibilidade em todos os seus prédios: “Estamos mudando nossa atitude e nossa postura para sermos uma instituição mais inclusiva”.

Melhora imunização em Pernambuco



O TCE-PE identificou avanços dos municípios no Programa Nacional de Imunizações (PNI): em 2025, 49 cidades alcançaram o nível satisfatório de atendimento ao PNI, mais que o dobro das 23 registradas em 2023. Os dados integram o levantamento que o Tribunal divulgou por meio do índice de Fiscalização do Programa Nacional de Imunizações (IFPNI), nos 184 municípios pernambucanos.

Diminuiu o número de municípios nas piores situações (nível Grave ou Crítico). As cidades classificadas em situação Grave caíram de 71 para 57 entre 2023 e 2025. Já as que permaneceram no nível Crítico passaram de 20 para apenas cinco: Xexéu, Ilha de Itamaracá, Chã de Alegria, Correntes e Orocó.

Os dados mostram como as cidades evoluíram na adequação ao PNI em comparação com 2023, quando foram visitadas 1.441 Unidades Básicas de Saúde. O IFPNI analisa a estrutura física das unidades, os equipamentos, os processos de trabalho e as equipes de saúde. A partir desses critérios, os municípios são classificados em cinco níveis de desempenho: Desejável, Satisfatório, Moderado, Grave ou Crítico.

O TCE-PE passou a acompanhar essa política pública em 2021, após a pandemia de Covid 19, diante da queda dos índices de cobertura vacinal infantil, que estavam muito abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Siga o TCE nas redes sociais

